



COMISSÃO EUROPEIA

PROTEÇÃO DOS SEUS DADOS PESSOAIS

A presente declaração de confidencialidade contém informações sobre o tratamento e a proteção dos seus dados pessoais

Operação de tratamento: disponibilização de provas em linha no âmbito de concursos e processos de seleção organizados pelo EPSO.

Responsável pelo tratamento: EPSO

Referência de registo: DPR-EC-26928

Índice

1. Introdução
2. Por que motivo e de que forma tratamos os seus dados pessoais?
3. Em que fundamentos jurídicos nos baseamos para tratar os seus dados pessoais?
4. Que dados pessoais recolhemos e tratamos?
5. Durante quanto tempo conservamos os seus dados pessoais?
6. Como asseguramos a proteção dos seus dados pessoais?
7. Quem tem acesso aos seus dados pessoais e a quem são divulgados?
8. Quais os direitos que lhe assistem e como os pode exercer?
9. Contactos
10. Onde obter mais informações?

1. Introdução

A Comissão Europeia (daqui em diante «Comissão») compromete-se a proteger os seus dados pessoais e a respeitar a sua privacidade. A Comissão procede à recolha e ao tratamento dos dados pessoais nos termos do [Regulamento \(UE\) 2018/1725](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados [que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001].

A presente declaração de confidencialidade explica porque são tratados os seus dados pessoais e descreve a forma como os recolhemos, gerimos e protegemos e utilizamos as informações obtidas, enumerando também os direitos que lhe assistem relativamente a esses dados. Além disso, indica os contactos do responsável pelo tratamento, a quem pode dirigir-se para exercer os seus direitos, do encarregado da proteção de dados e da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

Apresentam-se em seguida as informações relativas à operação de tratamento «Disponibilização de provas em linha no âmbito dos concursos e processos de seleção organizados pelo EPSO», levada a cabo pelo EPSO.

2. Por que motivo e de que forma tratamos os seus dados pessoais?

Finalidade da operação de tratamento: o EPSO recolhe e utiliza as suas informações pessoais para organizar concursos e processos de seleção na aceção do anexo III, artigo 7.º do Estatuto dos Funcionários.

A presente declaração de confidencialidade e o registo correspondente só abrangem as operações de tratamento relacionadas com a disponibilização de testes em linha no âmbito dos concursos e processos de seleção do EPSO, enquanto operação de tratamento autónoma, tal como disponibilizados pela TestWe (contratante do EPSO).

As declarações de confidencialidade relativas aos concursos e aos processos de seleção organizados pelo EPSO são abrangidas pelas seguintes declarações de confidencialidade: [EU careers : o Serviço Europeu de Seleção de Pessoal é o ponto de partida \(europa.eu\)](#).

No caso das provas em linha, os candidatos são convidados a realizar as provas utilizando a plataforma de testes disponibilizada pela TestWe, o que exige a instalação de *software* nos respetivos computadores. O *software* descarregado bloqueia as funções informáticas dos computadores dos candidatos durante a realização das provas, a fim de impedir o acesso à Internet ou a um canal de comunicação que lhes possa dar uma vantagem desleal. Durante a prova, os computadores dos candidatos devem estar equipados com câmaras integradas ou ligadas ao computador.

A identidade dos candidatos é verificada recolhendo os respetivos dados de identificação e fotografando-os. Os candidatos devem registar em vídeo o ambiente que os rodeia (imagens da divisão onde se encontram, bem como das respetivas orelhas) no início da sessão a fim de garantir que cumprem as regras aplicáveis.

Ao longo de toda a prova, são tiradas fotografias a intervalos regulares de cinco segundos, acompanhadas por uma gravação sonora contínua. As fotografias são necessárias para detetar qualquer comportamento não autorizado, incluindo a presença de outras pessoas. A gravação sonora permite detetar se, durante a prova, os candidatos falam com outras pessoas.

Os seus dados pessoais não serão utilizados para decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis.

3. Em que fundamentos jurídicos nos baseamos para tratar os seus dados pessoais?

Tratamos os seus dados pessoais porque:

- (a) O tratamento é necessário para o exercício de funções de interesse público ou para o exercício da autoridade pública de que a instituição ou o órgão da União estão investidos;
- (b) O tratamento é necessário para efeitos do cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento de dados está sujeito.

O tratamento de dados tem por base os seguintes atos jurídicos:

– **Regulamento n.º 31 (CEE)**, n.º 11 (CEEA), que fixa o Estatuto dos Funcionários e o Regime aplicável aos outros agentes da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (JO 45 de 14.6.1962, p. 1385), com a última redação que lhe foi dada pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1611 da Comissão, de 7 de julho de 2016, nomeadamente o anexo III.

– **Decisão 2002/620/CE** do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Comité Económico e Social, do Comité das Regiões e do Provedor de Justiça Europeu, de 25 de julho de 2002, que institui o Serviço de Seleção do Pessoal das Comunidades Europeias.

– **Decisão 2002/621/CE** dos Secretários-Gerais do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, do Escrivão do Tribunal de Justiça, dos Secretários-Gerais do Tribunal de Contas, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões e do representante do Provedor de Justiça, de 25 de julho de 2002, relativa à organização e funcionamento do Serviço de Seleção do Pessoal das Comunidades Europeias

Tratamos as categorias especiais de dados pessoais indicadas no ponto 4 porque:

- (a) O titular dos dados deu o seu consentimento explícito para que esses dados fossem tratados para uma ou mais finalidades específicas.

4. Que dados pessoais recolhemos e tratamos?

Para efetuar a presente operação de tratamento, o EPSO recolhe as seguintes categorias de dados pessoais:

Dados pessoais dos candidatos, considerados necessários para efeitos da organização e realização das provas em linha

- nome próprio, apelido, endereço de correio eletrónico, número do candidato, línguas escolhidas pelo candidato para as provas, respostas dos candidatos, informações sobre o sistema operativo e o dispositivo utilizado para a realização das provas;
- as imagens registadas pelas câmaras Web durante as provas, incluindo uma imagem do documento de identidade do candidato;
- no caso das provas realizadas em linha, os dados pessoais relacionados com a saúde dos candidatos não são diretamente partilhados com o subcontratante, mas alguns candidatos podem, devido à sua situação médica e/ou deficiência temporária ou permanente, requerer adaptações especiais das provas.

O fornecimento de dados pessoais é obrigatório para cumprir uma obrigação estatutária, nomeadamente a organização de concursos e processos de seleção com vista ao recrutamento de pessoal para as instituições europeias.

5. Durante quanto tempo conservamos os seus dados pessoais?

Para efeitos da operação de tratamento relativa à disponibilização de provas em linha, o EPSO conserva os seus dados pessoais apenas durante o tempo necessário para cumprir o objetivo da recolha ou do tratamento, ou seja:

- As respostas às provas e os dados fornecidos para efeitos da organização e realização das provas em linha são conservados durante um período máximo de um ano a contar da data da realização dessas provas.
- Imagens registadas pelas câmaras Web dos candidatos: as imagens registadas pelas câmaras Web dos candidatos durante a realização das provas, incluindo o respetivo documento de identificação, são conservadas pela TestWe durante um período de seis meses, após o qual são apagadas. Caso as imagens registadas pela câmara Web de um candidato mostrem de forma clara um comportamento suspeito durante a realização das provas, essas imagens podem ser enviadas ao EPSO, ao júri e, se for caso disso, ao pessoal responsável pela gestão das reclamações nas instituições da UE em causa e conservadas durante um período de cinco anos a contar da data de realização das provas em linha, para que estejam disponíveis caso sejam apresentadas reclamações nos termos do artigo 90.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários.

6. Como asseguramos a proteção dos seus dados pessoais?

Todos os dados pessoais em formato eletrónico (mensagens, documentos, bases de dados, lotes de dados carregados, etc.) são armazenados nos servidores da Comissão Europeia ou dos seus contratantes. Todas as operações de tratamento são efetuadas em conformidade com a Decisão (UE, Euratom) 2017/46 da Comissão, de 10 de janeiro de 2017, relativa à segurança dos sistemas de comunicação e de informação na Comissão Europeia.

Os contratantes da Comissão estão sujeitos a uma cláusula contratual específica aplicável às operações de tratamento de dados pessoais efetuadas em nome da Comissão, bem como às obrigações de confidencialidade que decorrem do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados («RGPD» Regulamento (UE) 2016/679).

A Comissão tomou uma série de medidas técnicas e organizativas para proteger os seus dados pessoais. As medidas técnicas incluem ações adequadas para garantir a segurança em linha e proteger do risco de perda ou alteração de dados ou de acesso não autorizado aos mesmos, tendo em conta o risco inerente ao tratamento e a natureza dos dados pessoais tratados. As medidas organizativas incluem a restrição do acesso aos dados apenas a pessoas devidamente autorizadas e com necessidade legítima de tomar conhecimento dos mesmos para efeitos desta operação de tratamento.

7. Quem tem acesso aos seus dados pessoais e a quem são divulgados?

Podem aceder aos seus dados pessoais os membros do pessoal da Comissão responsáveis por efetuar a presente operação de tratamento, bem como os membros do pessoal autorizados de acordo com o princípio da «necessidade de tomar conhecimento». Esses membros do pessoal estão sujeitos a obrigações estatutárias e, se necessário, a acordos de confidencialidade suplementares.

- Destinatários dos dados no âmbito das estruturas da UE:
 - o Comitês de seleção, assessores estatutários e membros do pessoal do EPSO
 - o Instituições e organismos da UE
 - o Tribunais da UE, serviços jurídicos da entidade competente para proceder a nomeações
 - o OLAF, IDOC, SAI e Tribunal de Contas Europeu
 - o Provedor de Justiça Europeu
 - o AEPD
- Destinatários dos dados fora das estruturas da UE:
 - o Contratante do EPSO responsável pela organização prática das provas

As informações que recolhemos não são comunicadas a terceiros, exceto na medida e para os efeitos previstos por lei.

8. Quais os direitos que lhe assistem e como os pode exercer?

Enquanto «titular dos dados», assistem-lhe direitos específicos ao abrigo do capítulo III (artigos 14.º a 25.º) do Regulamento (UE) 2018/1725, nomeadamente o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os retificar caso sejam inexatos ou estejam incompletos. Se aplicável, tem o direito de apagar os seus dados pessoais e de limitar ou opor-se ao seu tratamento, bem como o direito de portabilidade dos dados.

Tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais licitamente efetuado nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea a), por motivos relacionados com a sua situação específica.

Para exercer os seus direitos, contacte o responsável pelo tratamento de dados ou, em caso de litígio, o encarregado da proteção de dados. Se necessário, pode igualmente dirigir-se à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (ver contactos no ponto 9).

Se pretender exercer os seus direitos no contexto de uma ou de várias operações de tratamento específicas, indique a respetiva referência de registo (ver «Onde obter mais informações» abaixo).

9. Contactos

- Responsável pelo tratamento de dados

Se pretender exercer os direitos que lhe assistem ao abrigo do Regulamento (UE) 2018/1725, tiver observações, perguntas ou dúvidas ou quiser apresentar uma reclamação relativa à recolha e utilização dos seus dados pessoais, contacte o responsável pelo tratamento de dados, EPSO, EPSO-DATA-PROTECTION-COORDINATOR@ec.europa.eu.

- Encarregado da proteção de dados (EPD) da Comissão

Pode contactar o encarregado da proteção de dados (DATA-PROTECTION-OFFICER@ec.europa.eu) no que diz respeito a questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais ao abrigo do Regulamento (UE) 2018/1725.

- Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD)

Se considerar que os direitos que lhe assistem ao abrigo do Regulamento (UE) 2018/1725 foram infringidos em resultado do tratamento dos seus dados pessoais pelo responsável pelo tratamento, pode recorrer (isto é, de apresentar uma queixa) à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (edps@edps.europa.eu).

10. Onde obter mais informações?

O encarregado da proteção de dados (EPD) da Comissão publica um registo de todas as operações de tratamento de dados pessoais efetuadas pela Comissão que lhe tenham sido comunicadas e documentadas. Pode aceder ao registo através da seguinte ligação: <http://ec.europa.eu/dpo-register>

A presente operação de tratamento foi inscrita no registo público do encarregado da proteção de dados com a referência: DPR-EC-26928.